



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONDRAF

5

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONDRAF-30 DE OUTUBRO DE 2007. Aos trinta dias do mês de outubro de 2007, a partir das 09 horas, verificado o quórum, foi realizada a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável- CONDRAF, constituído pelo Decreto nº 4.854 de 08 de outubro de 2003, atendendo ao disposto no art. 14 do Regimento Interno, Resolução nº 35, de 10 de janeiro de 2004, ocorrido no auditório do Hotel San Marco, localizado no Setor Hoteleiro Sul Q.05 Bloco C, Brasília-DF. PRESENTES: O Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Presidente do CONDRAF/MDA, Guilherme Cassel; os Convidados Permanentes: Humberto Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) e Secretário do CONDRAF; Adoniram Sanches Peraci, Secretário de Agricultura Familiar (SAF/MDA); Dino Castilhos, representando o Secretário de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) e Marcos Alexandre Kowarick, representando o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA); os(as) Conselheiros(as): Gilson Bittencourt (Ministério da Fazenda-MF); Paulo Roberto da Silva (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA); Luiz Antônio Dombek (Ministério da Integração Nacional-MI); Paulo Guilherme Francisco Cabral (Ministério do Meio Ambiente-MMA); Joel Herbert Prado Tápia (Ministério das Cidades-MCidades); Crispim Moreira (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS); Dirce Margarete Grosz (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República-SPM/PR); Francisco Canindé de França e Gustavo Gonçalves Úngaro (Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terra-ANOTER); Aloisio Hunhoff (Confederação Nacional dos Municípios-CNM); Gilmar Luiz Pastorio (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil-FETRAF-Brasil); Atanagildo de Deus Matos (Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS); Luís Cláudio L. da Silva (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB); Carmen Helena Ferreira Foro, representante das mulheres trabalhadoras rurais, (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG); Maria Aparecida Mendes (Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas-CONAQ); Saturnino Wapotowé Rudzane'edi (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB); Valter de Carvalho (Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste-ASSOCENE); João Carlos Sampaio Torrens (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais-DESER); Irene Maria dos Santos (Representante de Organização Não Governamental da Região Centro Oeste/Rede Cerrado/Instituto Brasil Central-IBRACE); Jean Marc Von der Weid (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa-AS-PTA); Jonas Chechetto (União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil-UNEFAB); José Aldo dos Santos e Reginaldo Alves de Souza (Articulação do Semi-árido-ASA); Álvaro Afonso Simon (Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Extensão Rural do Setor Público-FASER). Presentes, ainda, os(as) senhores(as): Egon T. Gillmeister (Conselho Estadual do PRONAF); Celso Rigo (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil-CNA); Francisca Marta Barbosa Santos (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento-SEAGRO/RS); Telma Peixoto (INCRA/MDA); Tarcisio B. Dantas (Secretaria de Agricultura e da Pecuária-SAPE/RN); Rosângela Barros (SDT/MDA); Ronaldo C. Gonçalves (SDT/MDA); Fabianna Freire Pepeu (SDT/MDA); Marcele Maciel (CONJUR/MDA); Geovanni Medeiros AS-PTA); Aldo de Jesus Filho e João Saraiva (FASER); Renata Leite e Andréa Lorena Butto Zarzar (Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia-PPIGRE); Letícia Mendonça (SAF/MDA); Andréa Alice da Cunha Faria (SAF/MDA); Arquicelso Bites (SDT/MDA); Ivanilson Guimarães (IICA/SDT/MDA); Marco Pavarino (INCRA/MDA); Kayo J. C. Pereira (SDT/MDA); Avelino Ganzer (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS-PA); Regina Paz (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção e Turismo-SGEP/MS); Inês Cabanilha de Souza

(SDT/RNC/MDA); Hur Ben da Silva (SAF/MDA); Adriana Kepka (Prefeitura Municipal de São José-CTBA); Secretaria do CONDRAF: Roseli Bueno de Andrade, Vera Azevedo, Carlos Douglas Oliveira, Priscilla Araújo, Mônica Vasconcelos e Thiago Arruda. PAUTA. I PARTE: Palavra do Presidente – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Interino, Marcelo Cardona. Informes da Secretaria do Condraf. Palavra dos(as) Conselheiros(as)-II PARTE: Ordem do Dia - Leitura e aprovação da Ata da 29ª Reunião Ordinária. Termo de Parceria celebrado pela Secretaria da Agricultura Familiar-SAF com a Articulação do Semi-árido-ASA. Encontro de Conselhos Nacionais Setoriais. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Informe da Comissão Organizadora Nacional e Documento-base - Versão preliminar). Encaminhamentos. ABERTURA - O secretário Humberto Oliveira cumprimentou os(as) presentes e informou que a reunião extraordinária teria como pauta principal a discussão do documento base da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e passou a palavra ao Presidente do CONDRAF, o Ministro interino Marcelo Cardona. O Ministro interino após a saudação, informou que o Ministro Guilherme Cassel estava de férias e que era um prazer responder interinamente pelo Ministério. Disse que o Ministro tinha sido enfático no sentido de dar relevância ao tema da Conferência e completou que ela ocorre em um momento favorável e que o grande desafio seria aproveitar as possibilidades abertas por este cenário. Afirmou que se deve ter uma visão mais aprofundada e compartilhada sobre a Agenda do Desenvolvimento Rural Sustentável, um programa que expressa uma ampla unidade social sobre as novas transformações a serem impulsionadas pela ação combinada dos movimentos sociais e do estado brasileiro por meio das políticas públicas. Fez referência à criação do Programa Nacional de Assistência Técnica, resultado de uma elaboração conjunta e que fará parte do próximo Plano Plurianual. Informou que, a partir de dois mil e três, houve uma inflexão no cenário brasileiro com profundas mudanças na relação do desenvolvimento rural, um período de crescimento econômico sustentando com estabilidade, compromisso do governo em impulsionar o novo padrão de desenvolvimento de crescimento econômico, acompanhado da redução das desigualdades econômicas, sociais e regionais, avanços importantes com a incorporação das demandas e dos interesses da agricultura familiar e das populações rurais por meio de um conjunto articulado de políticas públicas. Disse, ainda, que estavam discutindo internamente, no Ministério, a composição da Agenda Social para o próximo período. Completou que algumas das ações da Agenda Social seriam a redução da desigualdade no meio rural e a geração de emprego e renda e propôs que, na próxima reunião do CONDRAF, fosse feita uma explanação detalhada sobre a Agenda Social e que foi denominada Geração de Trabalho e Renda Rural, Territórios e Cidadania. Afirmou que existem diversas ações coordenadas para serem implementadas entre dois mil e sete e dois mil e dez, e que havia sido disponibilizado um alto valor em recursos para que a Agenda se desenvolvesse com metas, como a matriz de programas e ações desenvolvido através de um sistema organizado, retomando a capacidade do Estado de planejar e induzir o desenvolvimento. Informou que na ordem internacional abriram-se espaços permitindo uma agenda pós-neoliberal e que seriam criadas condições favoráveis para impulsionar o novo padrão de desenvolvimento para o Brasil, em particular no meio rural, integrando as dimensões da inclusão social e econômica, da sustentabilidade ambiental, da segurança alimentar e nutricional, da promoção da igualdade em um verdadeiro programa de ação. Disse, ainda, que a Conferência deve ser capaz de valorizar e apoiar-se em tudo aquilo que já foi construído pelo CONDRAF e que deve assumir novos desafios. Completou que não bastava anunciar o que queriam, mas que era preciso, acima de tudo, criar um amplo convencimento na sociedade brasileira de que um outro rural era possível e criar condições políticas e programáticas para seguir construindo este novo rural. E que seria preciso capacidade de diálogo e reconhecer as diferenças e potencializá-las num processo de construção coletiva e solidária de um novo padrão de desenvolvimento. Encerrou o pronunciamento desejando, em seu nome e do Ministro Guilherme Cassel, um bom trabalho a todos e que os membros do CONDRAF continuassem na perspectiva de fazer essa reflexão, construindo e constituindo políticas públicas planejadas, coordenadas e integradas que pudessem induzir e ser indutoras do desenvolvimento no meio rural brasileiro. **INFORMES** - O secretário Humberto Oliveira informou que as atividades do CONDRAF estavam centradas na organização da 1ª

105 Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e que a proposta do documento base, versão preliminar, havia sido elaborada e seria tratada durante a reunião. Informou que foram oficializadas vinte comissões organizadoras estaduais junto à Secretaria do CONDRAF e todos os estados afirmaram que criariam as suas respectivas comissões. Disse, ainda, que iniciaram uma mobilização para a construção da agenda das Conferências Municipais, Intermunicipais e
110 Territoriais e os Eventos Temáticos e Setoriais da Etapa Preparatória. Completou que, até o momento, estavam programados três eventos setoriais: mulheres, quilombolas e indígenas. Informou que o Comitê de Desenvolvimento Territorial reuniu-se, em Brasília, e discutiu a proposta de critérios para a priorização de territórios a serem incorporados pela SDT até dois mil e dez, e também a proposta de realização de um seminário sobre estratégias de desenvolvimento territorial para a Região Norte. Disse, ainda, que o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e o Grupo de Trabalho Quilombola reuniram-se no dia vinte e seis de setembro e discutiram a realização do Evento Setorial Quilombola da 1ª Conferência, com data para os dias sete a nove de dezembro, em Brasília, com a participação de cem representantes quilombolas. E o Grupo de Gênero reuniu-se no dia dezesseis de outubro e discutiu a realização do evento setorial de mulheres e uma campanha de mobilização para a participação das mulheres nas conferências. Informou que
120 haveria, no dia vinte e três de novembro, um encontro de Conselhos Setoriais Nacionais e que discutiriam, no decorrer da reunião, a participação de quatro Conselheiros do CONDRAF. Disse, ainda, que a data da próxima reunião do CONDRAF seria mantida no dia dezoito de dezembro. Afirmou que na segunda quinzena de dezembro haveria uma reunião entre o gabinete do Ministro e o gabinete do Governador do Estado de Pernambuco para que fizessem o lançamento da Conferência na cidade. Completou que todos(as) os (as) Conselheiros(as) seriam convidados(as) a participar do lançamento, mas a idéia era um envolvimento maior do Governo do Estado, dos movimentos sociais e das entidades que compõem o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural de Pernambuco na realização da Conferência. **PALAVRA DOS (AS) CONSELHEIROS (AS)** – O
130 secretário Humberto prosseguiu com a pauta e passou a palavra ao conselheiro Luís Cláudio da Silva, que informou que, em dois mil e seis, a Cáritas Brasileira completou cinquenta anos de atuação no Brasil e que foi decidido que haveria um processo de planejamento estratégico que culminaria, em outubro, na décima sexta Assembléia Nacional. Completou que definiram duas prioridades e que uma delas seria a atuação, fundamental e prioritária, na Região Norte e que a outra prioridade central, para os próximos quatro anos, seria a promoção e o fortalecimento de iniciativas locais e territoriais de desenvolvimento solidário sustentável, em articulação com os movimentos sociais na perspectiva de um projeto democrático popular de sociedade. O conselheiro José Aldo dos Santos, falou sobre a preocupação da ausência de chuvas em alguns estados e completou que a Articulação do Semi-Árido estava trabalhando com algumas perspectivas de
140 formação para convivência com o semi-árido, em especial o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido, o Projeto Um Milhão de Cisternas. Disse, também, que haveria uma comemoração, no dia treze de novembro, em Feira de Santana/BA, das mais de duzentos e vinte mil cisternas, o que significava mais de um milhão de pessoas com água de qualidade para o consumo humano. E reforçou a participação do MDA nesse momento de comemoração e também de fortalecimento político da dimensão da convivência com o semi-árido, articulado pela ASA e por diversos atores sociais, não só do Nordeste, mas do Brasil como um todo. O conselheiro Álvaro Afonso Simon, da FASER, informou que, em Santa Catarina, estavam vivendo um conflito entre a legislação ambiental, em especial a lei de florestas e atividade agrícola e na questão dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e que atingiria trinta e uma mil propriedades.
150 Disse, ainda, que haveria um contraponto do cumprimento da legislação e que havia esforços políticos para tentar flexibilizar a atual lei, que diz que seriam trinta metros para cada lado do rio de menos de dez metros de largura, que seria parte da maioria dos rios que tinham na cidade e afirmou que nas nascentes seriam cinquenta metros. Completou que cerca de oitenta e nove por cento das propriedades de Santa Catarina são menores de cinquenta hectares. Preocupados, então, com essa tomada de atitude com intenção de flexibilizar essa lei sem critérios técnicos, falou da importância de se criar um critério com fundamentos baseados em pesquisas sobre essa diminuição dos trinta

metros, foi encaminhado, ao Conselho, uma proposta de realização de uma pesquisa a nível nacional. Esta pesquisa teria olhar sistêmico, interdisciplinar, interinstitucional, enfim, com características diferentes e que incorpore, também, a análise fisiográfica. Concluiu que teriam que adquirir uma base de sustentação para proposição da distância dos leitos dos rios, a ser protegida e sugeriu que fosse discutido na próxima reunião. O conselheiro Jonas Chequetto, informou que as Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares realizariam nos dias sete e oito de novembro uma oficina para debater a importância da pedagogia da alternância, das Escolas Famílias e das Casas Familiares Rurais no Brasil, e também uma audiência pública. E disse que este evento seria importante para a divulgação da Conferência e dizer para os representantes do Espírito Santo que as Escolas Famílias Agrícolas do Espírito Santo estão assumindo a Conferência como um fator importantíssimo e convidou o MDA e os conselheiros para participarem da oficina. A conselheira Carmem Helena Ferreira Foro, falou sobre duas preocupações: a primeira sobre a discussão dos Territórios da Cidadania e afirmou que era necessário que o espaço político do CONDRAF se apropriasse mais e fizesse debates necessários sobre o tema; e a segunda sobre a participação das mulheres nas Conferências e sugeriu uma campanha nacional para estimular e garantir a participação das mulheres de forma articulada e qualitativa. Disse, ainda, que denominaram Campanha Brasil Rural com Igualdade para as Mulheres. Solicitou ao conselho que fizessem o lançamento da campanha no mesmo dia do lançamento da Conferência, em Pernambuco, e que o tema das desigualdades fizesse parte da agenda e do compromisso do CONDRAF. O secretário Humberto Oliveira informou à conselheira Carmem que no final da reunião tratariam do assunto proposto e que fariam um encaminhamento. A conselheira Maria Aparecida Mendes, informou que a qualidade de vida das famílias que seriam beneficiárias do PIMC havia melhorado. E afirmou que o CONDRAF teria importância na participação e defesa para a continuidade do PIMC. **ORDEM DO DIA** – O secretário do CONDRAF iniciou a Ordem do Dia com a leitura e aprovação da ata da vigésima nona Reunião Ordinária e, após algumas considerações, foi aprovada. Em seguida, o senhor Humberto Oliveira convidou o conselheiro José Aldo dos Santos, e a senhora Letícia, representante da SAF, para tratar do termo de parceria entre SAF e ASA, do programa P1 + 2. O conselheiro José Aldo dos Santos informou que na última reunião da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria entre SAF e o Instituto Cidadania foi possível discutir, a partir do relatório apresentado pelo Instituto Cidadania, um processo que estava em curso da primeira etapa do termo de cidadania que era a compra de 125 motos, na primeira liberação da primeira parcela para garantir o processo de assessoria dos técnicos no CrediAmigo. Disse, ainda, que fizeram uma avaliação da evolução do termo e que no relatório apresentado pela Comissão perceberam que estaria em curso o processo de desenvolvimento do termo de parceria e que apresentaram apenas sugestões de documentação, processo de avaliação e monitoramento desse termo. Completou que do ponto de vista documental não houve nenhuma dificuldade e que o Instituto de Cidadania apresentou todo o processo licitatório, o processo de uma OSCIP, um termo de parceria que requer algumas observações diferentes de um convênio no contrato. E afirmou que pela Comissão estaria em curso e teria uma avaliação positiva do exercício do termo de parceria. O secretário Humberto informou que seria apresentado um parecer técnico assinado pela Secretaria de Agricultura Familiar sobre o termo de parceria. A senhora Letícia informou que o Ministério teria um conjunto de políticas voltadas para o semi-árido, mas que não teriam informações das experiências da sociedade civil. E que com essa parceria poderiam discutir as atuais políticas existentes de fortalecimento da agricultura familiar junto com a atuação da rede ASA e, especificamente, com relação ao projeto da rede ASA que chama o P1 + 2. Explicou que o P1 + 2 era Uma Terra e Duas Águas e essa segunda água seria para produção, que se alia com a política de crédito do PRONAF. Afirmou que o intuito era fazer a aproximação das políticas com a atuação da ASA, inclusive, discutindo alterações nessas próprias políticas com o enfoque de combate a pobreza rural. E completou que essa era a estratégia do termo de parceria e que teria a atuação delimitada em dezoito municípios, sendo que dois municípios de cada estado em um Território da Cidadania e que estaria articulada com a priorização de territórios dentro do Ministério. E informou que os recursos eram de cerca de um milhão e meio de reais para serem utilizados em atividades de capacitação, de estímulo à segurança hídrica,

210 unidades demonstrativas dessa segunda água para produção, barragem subterrânea, cisternas, calçadão etc. Afirmou que com o termo de parceria reveriam as políticas e também aumentariam a cobertura das políticas já existentes. O secretário Humberto Oliveira solicitou que fosse criada a Comissão de Acompanhamento e Avaliação e informou que a ASA e a SAF indicariam seus representantes e o CONDRAF deveria indicar um representante desde que não pertencesse a ASA ou a SAF. O conselheiro Gilson Alceu Bittencourt, Ministério da Fazenda, questionou se o CONDRAF teria que aprovar todos os convênios da SAF, no qual foi respondido pelo secretário Humberto Oliveira que seria apenas o termo de parceria. O conselheiro Gilson Bittencourt afirmou que havia a preocupação de como seria feito em cada reunião e como seria tratado devido o pouco conhecimento que teriam de cada termo antes da reunião. O conselheiro Crispim Moreira, do MDS, informou que no PPA o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome criou uma ação para viabilizar a Política Nacional de Segurança Alimentar, aprovado na terceira Conferência, uma ação denominada de Cesso à Água para Consumo e Produção e essa dotação terá, em dois mil e oito, cinquenta e nove milhões. E completou que esta seria uma resposta para o desejo e a decisão do governo de prosseguir. Informou que o Ministério teria uma parceria, em termo de cooperação, que representa oitenta e cinco por cento dos recursos financeiros que viabilizam o programa P1MC e, para dois mil e oito, estavam programando vinte e oito milhões para o P1MC e quinze milhões para o P1+2. E afirmou que o direito à água era prioritário no MDS na perspectiva do direito humano e da alimentação adequada. E se candidatou para fazer parte da Comissão. A senhora Letícia, da SAF, informou que o Conselho participa do processo no momento que ele está compondo essa Comissão e a qualquer momento ele pode interferir na execução e implementação do termo de parceria. O secretário Humberto Oliveira solicitou que definissem o(a) titular e o(a) suplente do CONDRAF para compor a equipe de acompanhamento e, também, sugestões sobre a metodologia. O conselheiro Gilson Bittencourt questionou se o que seria aprovado era o parecer técnico ou o plano de trabalho. O secretário Humberto Oliveira esclareceu que o Plano de Trabalho era responsabilidade da unidade executora e que ela aprovaria o Plano de Trabalho, emitiria um parecer técnico que seria encaminhado ao CONDRAF. E que o CONDRAF aprovaria a realização do termo de parceria com base no parecer técnico, ou seja, aprovaria o parecer técnico da SAF. Definiu o MDS como titular e o CNBB como suplente. O conselheiro Valter de Carvalho solicitou que o material fosse enviado com antecedência mínima para que se pudesse analisar e levar sugestões para as reuniões e o secretário Humberto Oliveira respondeu que o prazo regimental do CONDRAF era de oito dias, mas que poderiam definir um prazo de dez dias para o caso de termo de parceria. Sugestão essa acatada pelos(as) presentes. Sugeriu, também, que pelo menos duas vezes por ano as comissões fizessem uma apresentação dos termos de parceria. Após a aprovação, passou para o próximo ponto da Ordem do Dia que seria um encaminhamento sobre o Encontro dos Conselhos de Políticas Públicas Nacionais, que estaria marcado para o dia vinte e três de novembro, como uma promoção do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e havia sido concedido ao CONDRAF quatro vagas. Uma solicitação era de que a Secretaria do Conselho pudesse ser um dos representantes do CONDRAF e sugeriu que escolhessem mais três representantes: um(a) de governo e dois(duas) da sociedade civil, e questionou se haveriam voluntários(as). Prontificaram-se a ANOTER, a ASSOCENE e COIAB. Aprovaram, então, os quatro representantes do CONDRAF no encontro. O secretário Humberto Oliveira passou para o ponto principal da pauta que era a apresentação da versão preliminar do documento base e informou que a elaboração do documento ficou sob a responsabilidade da Comissão Organizadora Nacional, mais especificamente a Subcomissão de Conteúdo. Completou que o documento base, versão preliminar, era um Documento inicial para o debate na primeira etapa da Conferência e que o Documento Final seria resultado do processo das Conferências Territoriais, Intermunicipais, Municipais, Eventos Temáticas e setoriais, Conferências Estaduais e da Conferência Nacional. A assessora do CONDRAF Vera Azevedo ressaltou que o processo de elaboração era de responsabilidade da Subcomissão de Conteúdo e Metodologia, uma Subcomissão da Comissão Organizadora Nacional. Informou que tiveram a participação do João Torrens, do DESER, Jean Marc, da ASPTA, Guedes, pelo gabinete do Ministro, Lauro Matei, da Universidade Federal de Santa Catarina, do Marcelo

Minah, Roseli de Andrade, Vera Azevedo e Priscilla Araújo, da secretaria do CONDRAF, Roberto Marinho, Secretaria Nacional de Economia Solidária e da Inês Cabanile, consultora do MDA, na construção do documento. Iniciou a apresentação informando que o documento tem uma introdução que fala do papel da Conferência. Disse que a versão preliminar estaria na etapa preparatória, de novembro de dois mil e sete a janeiro de dois mil e oito, etapa em que ocorreriam as Conferências Municipais, Intermunicipais, Territoriais e os Eventos Temáticos e Setoriais propostos. Que o documento estava dividido em duas partes: na primeira parte do “Brasil que Temos”, um retrato do Brasil Rural, os principais sistemas de produção, o balanço de políticas e o cenário, que era basicamente internacional; a segunda parte era o “Brasil que Queremos”, introdução, princípios gerais, orientações estratégicas, perspectivas e eixos estratégicos. Ao explicar as duas partes, informou que “Brasil que Temos” apresentava um retrato do Brasil rural, com trinta e seis parágrafos com dados estatísticos, algumas análises sobre os agricultores e produtores familiares, agricultura patronal-empresarial, conflitos pela posse da terra, povos e populações tradicionais, imóveis rurais, assalariados, assentamentos, produção familiar, concentração da terra, biomas e biodiversidade. Em seguida, a parte principal com os sistemas de produção que identifica, basicamente, dois principais padrões produtivos: agricultura familiar e o agronegócio. Destacou, também, os povos e comunidades tradicionais e a forma de exploração econômica e social que utiliza. E, por fim, os sistemas produtivos de base ecológica. Em dezesseis parágrafos foram identificados o cenário do Desenvolvimento Rural Sustentável, as políticas agrícolas, reforma agrária, o acesso a terra nas agendas de negociações comerciais e cooperação internacional, a influência dessas relações internacionais na formulação das políticas e também a influência da economia mundial no mercado nacional. Disse que o cenário internacional da economia apresenta um debate sobre as mudanças climáticas e a emissão de gases de efeito estufa, o agrocombustível e etanol, o aumento do preço da terra em função da internacionalização, interesses do capital internacional na aquisição da terra nesse mercado do etanol e o papel da REAF. No balanço de políticas públicas apresentavam o balanço de políticas públicas, com interface com o mundo rural, com destaque para alguns pontos: as políticas de inclusão social, o Plano de Aceleração do Crescimento, programas direcionados ao desenvolvimento rural, cooperativismo, economia solidária, políticas de meio ambiente e políticas diferenciadas para agricultura familiar e agricultura patronal, dificuldades de implementação de parcerias entre estado e sociedade na implementação de políticas públicas. Alguns temas foram resultados de debates que o CONDRAF desenvolveu nos últimos três anos. O “Brasil Rural que Queremos”, na introdução, tratava sobre a construção da política nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário, que era o objetivo da Conferência. A parte de princípios gerais que falava dos princípios constitucionais, sustentabilidade, inclusão, participação, igualdade e diversidade social, ruralidade, diversidade regional e solidariedade, que na verdade eram temas gerais da Conferência. Em seguida, foram discutidas as orientações estratégicas, combate às desigualdades sociais e regionais. Tratou, também, sobre o item que foi denominado “Perspectivas”, vinte e oito parágrafos detalhando propostas para o futuro em relação à produção de alimentos, diversificação de culturas, investimentos sociais necessários, objetivos de longo prazo, participação no PIB, o papel dos jovens e das mulheres das populações tradicionais, a produção de biocombustíveis, alimentos, preservação ambiental e uma política de apoio à produção do biodiesel. Finalizou sobre os quatro eixos estratégicos: desenvolvimento econômico ambiental, reforma agrária e acesso a terra, participação política e organização social, direitos e cidadania, seguido de propostas para cada um desses trechos. O secretário Humberto Oliveira solicitou que os(as) presentes se manifestassem à respeito do documento base. O conselheiro Valter de Carvalho, afirmou que o prazo para a elaboração do Documento base foi curto e que tiveram dificuldades para conciliar a agenda de todos os membros da Comissão. Sugeriu que iniciassem o documento explicitando o conceito de ruralidade, no item cento e oito, porque o tema sobre o rural era tratado sem que o conceito de ruralidade estivesse explicitado de forma clara. E, também, uma modificação na redação do conceito, no item cento e oito, que entendia como rural as áreas do campo e cidade dos municípios com até cinquenta mil habitantes, mas desta forma excluiria a população rural do campo dos municípios com mais de cinquenta mil habitantes. E

propôs que a redação seria que a população rural convencional do campo e mais a população urbana dos municípios com até cinquenta mil habitantes. Outra observação apontada foi a do “Brasil Rural que Queremos”, pois o documento iniciava na estratégia, mas construir o rural que queremos seria uma atuação de longo prazo e questionou qual o perfil do rural que queriam. E afirmou que deviam começar com o tipo de cenário que seria projetado para o rural que julgavam ideal para depois entrar nas propostas, nas estratégias, nos eixos para construção do rural ideal e, nesse aspecto, para ser coerente com a ruralidade. Afirmou que para poder implantar esse novo mundo rural precisariam de uma nova institucionalidade ou pelo menos de melhorar, fortalecer, modificar, qualificar as instituições que seriam incumbidas de desenvolver o processo e estabelecer novas articulações e completou que isso praticamente não existiu no documento, talvez faltasse um capítulo ou uma proposta a respeito de desenvolvimento institucional necessário à execução desse novo mundo rural. A conselheira Maria Aparecida Mendes, solicitou à comissão organizadora dialogasse com os estados para que priorizassem a presença de quilombolas e indígenas, pois são os que enfrentam maiores dificuldades para participar. O secretário Humberto Oliveira informou que ao final do dia fariam os encaminhamentos sobre a participação e solicitou aos presentes que se atentassem ao conteúdo do documento. O conselheiro Jean Marc Von der Weid, sugeriu que conteúdo fosse reformulado e que o trabalho da Subcomissão de Conteúdo e Metodologia fosse reorganizado. O conselheiro Atanagildo de Deus Maros, parabenizou aos responsáveis pela criação do Documento e afirmou que ele seria aperfeiçoado no processo de discussão. Ressaltou a necessidade de um debate profundo sobre a questão dos biomas e potencial florestal. O conselheiro Álvaro Afonso Simon, disse que sentiu dificuldade na compreensão da estrutura do documento e questionou como a Comissão sugeriria que o documento fosse analisado nas Conferências. Sugeriu que na primeira página deveria ter uma explicação sobre o documento e, também, que a introdução pudesse ser aprimorada. Afirmou que estavam realizando os seminários da ATER nos estados com muita dificuldade e sugeriu de realizá-lo juntamente com as Conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável e, também, reforçar os temas sobre a ATER nas propostas. O conselheiro Crispim Moreira, afirmou que houve uma inflexão nas políticas públicas, em dois mil e três, e completou que foi recolhida pouca inflexão na construção das políticas públicas de segurança alimentar e de combate à fome no Brasil. E afirmou que era necessário fazer um alinhamento com o “Brasil que Queremos” pelo “Brasil que Temos”, que seria necessário identificar a pobreza no campo, a segurança alimentar, a questão da renda monetária, a concentração de renda e a desigualdade de renda. A conselheira Carmem Helena Ferreira Foro, disse que para o “Brasil que Temos”, era necessário fazer o seu retrato como um instrumento analítico para partir do “Brasil que Temos” para o “Brasil que Queremos” e se a história não estiver completa, provavelmente se cometerá um equívoco. Afirmou que o tema das desigualdades não poderia ser tratado apenas do ponto de vista econômico, pois existiam vários tipos de desigualdades como as desigualdades de gênero. E completou que o documento todo não pode se limitar a se relacionar ao tema de gênero, raça e etnia apenas como uma finalização de texto, teria que ser do ponto de vista do conteúdo, de como se analisa isso. Disse, ainda, que o conceito de igualdade estava reduzido e não expressava as questões e afirmou que precisavam fazer um esforço para que o documento tivesse uma maior qualidade. O conselheiro Gilson Bittencourt, afirmou ter visto duas propostas que diria que eram propostas para municípios de até cinquenta mil habitantes: a proposta que tratava de arranjos produtivos locais, que teriam algum impacto em relação a isso e algo de RFCV, item quarenta e um e afirmou não ter encontrado propostas de habitação urbana, de transporte, de saneamento focado no meio urbano. Então considerou que efetivamente, esse Conselho não tinha propostas para a população urbana nos municípios até cinquenta mil habitantes. E questionou aonde foi definido que o limite era de cinquenta mil. Afirmou que no texto continha que o “Brasil que nós Queremos” era uma agricultura produzindo grãos para consumo direto dos brasileiros, mas completou que não haveria mercado para uma produção de quinze milhões de grãos. E sugeriu que os especialistas de cada área analisassem as propostas e tentasse aglutiná-las. O secretário Humberto Oliveira afirmou que havia compreendido que o problema estava em expressar em um texto a riqueza do que o Conselho vinha acumulando. O conselheiro Gilmar Pastorio, questionou se o que estava escrito seria a base do

365 debate e afirmou que o grande momento de elaboração seriam as Conferências Estaduais, onde
teriam um tempo maior para fazer um debate mais aprimorado dos temas que seriam propostos
quando pensavam em um Brasil, no desenvolvimento do país. E completou que o Documento tinha
grandes problemas: o primeiro que ele não era um documento e sim uma junção de vários outros
documentos e que não estaria conseguindo ter um corpo de um documento para uma Conferência;
370 outro problema era a falta de coerência no texto, faltava uma análise das políticas públicas que o
governo fez. Sugeriu que continuassem o trabalho para melhorar o documento, mas um documento
realista do “Brasil que Temos” e fazer os apontamentos do “Brasil que Queremos”. Outra sugestão
foi que todos os presentes fizessem um acordo para doar mais tempo para que o documento pudesse
sair com uma visão mais elaborada do que o Conselho pensa. O conselheiro Egon Krakhecke,
375 sugeriu que o seminário da ATER fosse realizado do dia primeiro de março a quinze de abril e,
assim, discutir com mais profundidade o tema. Afirmou que o texto estava frágil no conteúdo com
relação a previdência e sugeriu que debatessem mais a questão ambiental. O conselheiro Avelino
Ganzer, afirmou que a preocupação era com relação à auto-estima na área rural, das famílias do
campo e das populações tradicionais e que seria uma questão importante e que envolveria todas as
380 políticas em torno disso. Afirmou que era um problema sério a questão da profissionalização, da
escolarização no campo e a capacitação rural e que era importante formar profissionais conscientes
para ter uma nova economia, uma nova gestão do espaço territorial. A senhora Andréia Buto, do
PPGRE afirmou que no documento que o assunto do “Brasil que Temos” era repetitivo e que havia
um problema estrutural. Disse, ainda, que era fundamental que o CONDRAF tomasse decisões
385 sobre quais aspectos e questões que deveriam ser feito na Conferência, quais são os debates
prioritários que devem ser feitos para o período e quais são as propostas e as questões para uma
agenda futura. E sugeriu que fosse trabalhada a coerência do texto e definir quais as prioridades. A
senhora Regina, do MS, informou que concluíram um texto sobre a Política Nacional de Saúde das
Populações do Campo e da Floresta sugeriu que o tema fosse defendido durante a Conferência. O
390 conselheiro Francisco Canindé de França, afirmou que recentemente foi lançado, pelo governo do
estado do Rio Grande do Norte, o Plano Estadual de Desenvolvimento da Promoção da Igualdade
Racial e dentre as diretrizes estabelecidas no plano há um capítulo importante acerca da questão
quilombola e que foi constituído um grupo de trabalho pela Delegacia Federal do MDA, pelo
INCRA, pela Secretaria de Estado da Reforma Agrária, da Justiça e da Cidadania, e outros órgãos
395 governamentais, e também da sociedade civil e já estaria pronto para ser realizado o primeiro
seminário estadual sobre regularização fundiária em área quilombola no estado do Rio Grande do
Norte. E convidou os presentes a participarem do evento que se realizaria nos dias oito e nove de
novembro na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Disse, ainda, que o Brasil
Rural de hoje tinha uma característica muito violenta que era, por exemplo, mais de trezentos anos
400 de concentração da propriedade da terra que ainda se mantinha baseada, fundamentalmente, no
trabalho escravo da população negra e da população pobre branca e também a questão da chamada
monocultura. Todo esse triunvirato criou o lastro de exclusão do povo pobre e de degradação da
natureza. E afirmou a importância de levantar um pouco dessa história da luta, da participação
popular e que rompessem e se afastasse cada vez mais desse conceito ideológico de que a
405 agricultura familiar, reforma agrária e o mundo rural era coisa de pobre e de negro. O senhor Jean
Marc Vonder Weid, afirmou que gostaria que todos recebessem seu texto na íntegra porque ele
havia contribuído na criação do documento base, porém foram retirados apenas trechos do seu
texto, tornando-o incompreensível. Afirmou que apesar do tema ser Desenvolvimento Rural
Sustentável, não ficava explícito o que era tratado sobre sustentabilidade. O secretário Humberto
410 Oliveira afirmou que os encaminhamentos seriam sobre o documento base; a mobilização para as
Conferências especialmente as mulheres, quilombolas e indígenas; e sobre o seminário de ATER.
Afirmou que o documento tratado durante a reunião era um documento inicial para abrir o debate e
que era importante criar um material de boa qualidade. E solicitou a secretaria do CONDRAF que
explanasse sobre as questões centrais observadas. A assessora do CONDRAF Vera Azevedo
415 informou que os principais pontos destacados foram: a falta de equilíbrio; a questão da ruralidade; a
questão das institucionalidades, questionando as institucionalidades necessárias, qual seria o papel

dos estados, municípios e dos Conselhos nos diferentes níveis; a inflexão no novo governo em relação às políticas públicas, no qual foi colocado como impacto, quais os avanços e desafios que foram levantados; o balanço que foi dito era uma série, de programas e políticas, mas fazer de maneira analítica; os conceitos de igualdade e diversidade tendiam a confusão, mas que não eram a mesma coisa; e foi sugerido o acréscimo de conteúdo sobre populações tradicionais e povos da floresta; houve um debate sobre os modelos de agricultura familiar e patronal; foi levantando a necessidade do tema da reforma agrária estar centrado no documento; a questão dos diversos biomas, sobre biodiversidade, mas que não haviam informações sobre o tema; e a questão da diversidade regional também não teria documentação para tratar do assunto. Finalizou informando que haveria uma equipe de profissionais para ajudar e se dedicar ao documento. O secretário Humberto Oliveira afirmou que era necessário levar para as questões centrais o tema central da Conferência e que deveria vir, inclusive, na primeira página do documento, Conferência de Desenvolvimento Territorial. A conselheira Carmem Helena Ferreira Foro, questionou qual seria a centralidade do debate que nós vamos fazer de ponta a ponta de Brasil, no qual o conselheiro Crispim Moreira, respondeu que a questão chave era política de estado. O conselheiro Jonas Chequetto, da UNEFAB, afirmou que duas questões que não apareceram no documento e que em sua opinião eram fundamentais: a questão da educação e a questão da saúde, que tinham muito a ver com o pessoal, inclusive no processo de mobilização. O secretário Humberto Oliveira questionou a conselheira Carmem Helena Ferreira Foro se havia alguma sugestão de tema central, no qual ela respondeu que sentia falta de um tema central para conduzir os debates em todo o país e questionou que debate o Conselho queria fazer. O conselheiro Gilmar Pastorio, afirmou que tinha um processo de centralidade quando elegeram a espinha dorsal do documento na última plenária. O conselheiro Egon Krakhecke, afirmou que definir se uma cidade seria ou não rural pelo número de habitantes era complicado, que deveriam ter um outro indicador que demonstrasse a presença rural do município. O senhor Guedes relatou três dimensões que, em sua opinião, que ajudariam a organizar a questão do “Brasil Rural que Temos”: a primeira seria dimensão ético político; segunda que seria pensar o econômico e o ambiental juntos, não dissociados e, nessa perspectiva, identificar como central o tema da pobreza e suas causas, porque o intuito seria a superação da pobreza, mas não que ela seja contraditória com os elementos de ordem ambiental; e a terceira dimensão que seria a população rural tinha uma menor qualidade de vida do ponto de vista dos direitos sociais, do ponto de vista da infra-estrutura social destinada e um outro fator que também envolve fundamentalmente essas questões de ordem cultural, que seria a visão de homogeneização do rural, que não observa a diversidade, as diferentes populações, as diferentes culturas. A intenção seria superar as desigualdades sociais e regionais. E sugeriu que firme em todo processo que estavam construindo uma política de estado que iria além de um período de governo. A conselheira Maria Aparecida Mendes, afirmou que a distribuição do documento nos estados impedia a mudança da quantidade de pessoas por município para demonstrar a presença rural e que, também, poderia confundir as pessoas que estariam trabalhando com o documento. E afirmou que o importante seria que a prioridade fosse para as pessoas que realmente estariam nas áreas rurais. O secretário Humberto Oliveira afirmou que não poderiam discutir a mesma coisa sobre ruralidade e concordou que não deveriam criar outro indicativo para não gerar confusão. Disse que a Subcomissão era composta por cinco membros. O conselheiro Paulo Guilherme Francisco Cabral,, afirmou que o conselheiro Jorge Zimmermam auxiliaria a comissão na questão do bioma e meio ambiente. O secretário Humberto Oliveira afirmou que iriam contratar uma equipe técnica para a Subcomissão de Conteúdo e Metodologia. O senhor João Carlos Sampaio Torrens, DESER, afirmou que a discussão foi extremamente positiva no sentido de qualificar o texto, mas a Comissão estava sem tempo para fechar a elaboração e que não iria conseguir ou dificilmente teria condições de traduzir um novo documento com todas as contribuições. **ENCAMINHAMENTOS** – O secretário do CONDRAF informou que foi proposto uma campanha sobre a participação das mulheres, Brasil Rural com Igualdade para as Mulheres, para garantir maior participação das mulheres em todas as etapas da Conferência e que fosse incluído no lançamento da Conferência, o lançamento desta campanha, em Recife, no dia vinte e um. Solicitou aos participantes que pautassem essa discussão sobre a

campanha de participação das mulheres e dos quilombolas nas etapas diversas das conferências.

470 Informou aos Conselhos Estaduais e as Comissões Organizadoras, que o CONDRAF iria assumir o custo das Conferências Territoriais e de, aproximadamente, oitenta Conferências Intermunicipais e solicitou que encaminhasse orçamentos para o Conselho. Passou para o encaminhamento dos seminários de ATER. O conselheiro Álvaro Afonso Simon, explicou que o intuito era fazer o seminário de ATER junto com as conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável e questionou

475 como fariam para realizar o seminário de ATER se poderiam proceder até o dia treze de dezembro para realizar as Conferências. Afirmou, também, que havia a proposta de realizar um seminário estadual em março. O senhor Hur Ben, da SAF afirmou que a primeira providência foi fazer contato com os(as) delegados(as) do MDA, depois conversaram com a Secretaria do CONDRAF em função de não prejudicar o processo da Conferência. E disse que informou que se quisessem fazer o debate

480 explicitassem por escrito, se quiserem fazer um debate municipal, intermunicipal, territorial de ATER, eram livres pra fazer. Não teriam apoio do MDA, mas que tomassem cuidado pra não atrapalhar a agenda da Conferência, que era a questão central, até porque o debate de ATER deveria ser um alimentador apenas, um estimulador no debate da Conferência. O seminário nacional de ATER ficaria para março, mas não conseguiria ser um evento temático para as conferências

485 estaduais. O secretário Humberto Oliveira reafirmou que era importante que os Comitês tivessem iniciativas de organizar um seminário na sua área, seminários estaduais, territoriais, estaduais e nacionais. Afirmou que a plenária do CONDRAF havia definido um calendário das etapas da Conferência. Afirmou que uma alternativa seria o Comitê rever a data do seminário nacional para que ele fosse um seminário temático. E outra alternativa seria considerar que o seminário seria

490 muito importante, toda iniciativa seria muito importante, mas não estaria relacionada com a conferência, pois para isso deveria ajustar-se ao calendário da Conferência, porque já estava definido e não tem mais como mudar. José Aldo dos Santos, afirmou que o problema era de agenda e sugeriu que o tema da ATER, enquanto política fosse debatido dentro das Conferências Estaduais. O secretário Humberto Oliveira afirmou que o Hur bem propôs levar para o Comitê de ATER que

495 antecipasse o Seminário Nacional para janeiro. Para que o Seminário seja considerado um seminário preparatório, ele teria que ser realizado dentro do prazo previsto no regimento. Fora disso existiam alternativas como contribuir nas Conferências Estaduais. Afirmou que foi sugerido alguns temas para a reunião do dia dezoito: o primeiro que seria um debate sobre as conferências neste período, teria uma apresentação da Comissão Organizadora Nacional com informe, novidades e

500 atualizações sobre o debate em torno da Conferência; segundo ponto de pauta que fosse incluído a apresentação do Programa Territórios da Cidadania e o papel do CONDRAF em relação a este programa; o Comitê de Desenvolvimento Territorial propôs que se discutisse critérios para a incorporação de territórios ao Programa de Desenvolvimento Territorial, eles queriam levar uma proposta aqui; e uma proposta da FASER de uma pesquisa sobre corredores ecológicos. A

505 conselheira Maria Aparecida Mendes, solicitou para a Comissão Organizadora que os comunicados com relação às articulações para as Conferências Municipais pudessem ser enviados com certa antecedência. O secretário Humberto Oliveira informou que recebeu uma moção de apoio encaminhado pelas entidades FETRAF, MDS, DESER, SPTA, CONTAG, FASER, ASSOCENE e ANOTER. E fez a leitura: “a celebração dos resultados do programa de formação e mobilização

510 social para convivência com o semi-árido, PIMC, da ASA. O CONDRAF, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, considerando o conjunto de ações desenvolvidas pela Articulação do Semi-árido (ASA) na implementação de ações de convivência com o semi-árido e que essas ações se expressam principalmente através do programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido, PIMC, Programa um Milhão de Cisternas, e considerando

515 ainda que o mesmo conta com o apoio de diversos parceiros nacionais e internacionais sendo a grande maioria dos recursos provenientes do Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), programa Fome Zero e ainda que seus resultados alcançados até o momento chegam a 221.327 cisternas familiares construídas em 1.031 municípios, com capacidade, cada uma, para 16 mil litros de água, possibilitando o armazenamento de água potável para

520 aproximadamente um milhão e cem mil pessoas do semi-árido, resolve, pela importância desta

525 intervenção, aprovar esta moção de apoio à celebração por mais de um milhão de pessoas com água de qualidade, resultante da ação do P1MC, a ser realizado na cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, no dia 13 de Novembro de 2007, bem como apoiar todas as iniciativas por parte do governo federal que venham assegurar a continuidade do referido programa, coordenado pela Articulação do Semi-árido. Plenária da 5ª Reunião Extraordinária do CONDRAF. Brasília, 30 de outubro de 2007”. Após a leitura, a moção foi aprovada por unanimidade e assim foi encerrada a reunião.

530

MARCELO CARDONA

Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, Interino

535

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA

Secretário de Desenvolvimento Territorial
Secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável